



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2014-MP/PA, QUE
FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PARÁ E A EMPRESA P & P TURISMO LTDA.**

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº. 037/2014-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo nº. 100, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa **P & P TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.955.770/0001-74, com sede na Avenida Porto Alegre, nº 427 D, sala 1007, Edifício Lazio Executivo, Bairro: Centro, CEP: 89802-130, Chapecó/SC, Fones: (49) 2049-0244 e (49) 2049-0274, Email: licitacao@ppturismo.com.br e priscila@ppturismo.com.br, neste ato representada pelo Sr. **FÁBIO JOSÉ TAVARES**, brasileiro, residente e domiciliado em Chapecó/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justas e acordadas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Oitava e Nona do contrato original que tratam **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO e DA VIGÊNCIA**, respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de **VIGÊNCIA** do Contrato original por mais **12 (doze) meses**, a contar de 13.06.2017, com base no art. 57, II, Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender as despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividade: 12101.03.092.1434.8323 – Combate às Organizações Criminosas e a Improbidade Administrativa (GAECO).

12101.03.092.1434.8324 – Atuação dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público.

12101.03.092.1434.8325 – Comunicação e Publicidade Institucional do Ministério Público.

12101.03.121.1434.8327 – Gestão e Planejamento Institucional do Ministério Público.

12101.03.128.1434.8329 – Formação e Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público (CEAF).

12101.03.122.1434.8330 – Desenvolvimento das Atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

12101.03.122.1434.8331 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio Finalístico e Administrativo do Ministério Público.

12101.03.092.1434.8336 – Ministério Público e a Comunidade.

Elemento de Despesa: 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA

A Contratada obriga-se a manter a garantia do Contrato, referida na Cláusula 12ª do referido Instrumento, pelo tempo de vigência total, incluindo prorrogação, o que deverá ser acompanhado pela Fiscalização e pela Gestão de Contratos do Ministério Público.

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.



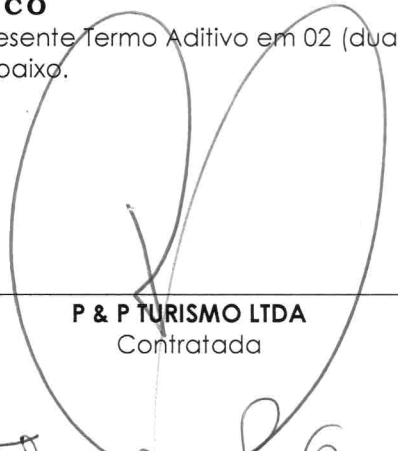
ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 22 de maio de 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante



P & P TURISMO LTDA
Contratada

Testemunhas:

1) Amanda Barros
RG: 5835351PCIPA

2) Thaynara P. Goquetti
RG: 6.052.098

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Nº DO TERMO ADITIVO: 6º TA
Nº CONTRATO: 10/2013-MPC/PA / CONTRATO
MÚLTIPLO Nº 9912335243-ECT

Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e vendas de produtos postais, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) Anexo(s) do Instrumento Contratual que, individualmente, caracteriza(m), cada modalidade envolvida. Modalidade de Licitação: Dispensa nº 17/2013

Objeto e Justificativa do Objeto: O presente Contrato tem por objeto incluir no Contrato Múltiplo nº 9912335243 o(s) Serviço(s) de Encomendas por meio do(s) ANEXOS(s) correspondente(s), rubricado(s) pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Data de Assinatura: 22/05/2017

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza de Despesa: 33.90.39.00

Fonte do Recurso/Origem do Recurso: 0101

Ordenador: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 181239

Nº DO TERMO ADITIVO: 5º TA
Nº CONTRATO: 10/2013-MPC/PA / CONTRATO
MÚLTIPLO Nº 9912335243-ECT

Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e vendas de produtos postais, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) Anexo(s) do Instrumento Contratual que, individualmente, caracteriza(m), cada modalidade envolvida. Modalidade de Licitação: Dispensa nº 17/2013

Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente Contrato tem por objeto incluir no Contrato Múltiplo nº 9912335243 o subitem 2.3 da cláusula SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, contendo o Termo de Categorização e Benefícios da Política Comercial dos Correios, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Data de Assinatura: 22/05/2017

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza de Despesa: 33.90.39.00

Fonte do Recurso/Origem do Recurso: 0101

Ordenador: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 181237

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 02/2017

Data: 23/05/2017

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Objeto: realização de 01 (uma) inscrição no Workshop de Desenvolvimento: o processo de mudança e a orientação de resultados no Ministério Público de Contas Brasileiro 2017.

Fundamento Legal: artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Data de Ratificação: 23/05/2017

Orçamento:

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Contratado(s):

Nome: COGNI SOLUÇÕES DIGITAIS EM CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ nº: 24.906.278/0001-90

Endereço: sede na Rua Luigi Galvani, nº 70 – 8º andar, conjunto 81 (parte), bairro Cidade Monções (Brooklin), São Paulo / SP, CEP: 04.575-020, Tel: (11) 5505-3050 / (48) 98413-9922, e-mail: ana.silva@cogni-mgr.com.br.

Ordenador: Felipe Rosa Cruz – Procurador-Geral de Contas do Estado.

Protocolo: 181235

FÉRIAS

PORTARIA Nº 090/2017/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento de férias do servidor Fernando Lucas Sousa Costa, datado de 18/05/2017 (Protocolo nº 2017/213677), e os termos da Resolução MPC/PA nº 06, de 12/07/2016, do Colégio de Procuradores;

RESOLVE:

Conceder ao servidor FERNANDO LUCAS SOUSA COSTA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, matrícula nº 200209, 15 (quinze) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 01/09/2015 a 31/08/2016, para o período de 18/07 a 01/08/2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 19 de maio de 2017.

FELIPE ROSA CRUZ

Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo: 181611

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 092/2017/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando nº 006/2017-MPC/8ºPC, de 12/05/2017 (Protocolo nº 2017/205191), pelo qual o Procurador de Contas Stanley Botti Fernandes solicita a conversão em pecúnia dos 30 (trinta) dias das férias relativas ao exercício de 2017, concedidos para o período de 05/10 a 03/11/2017, através da Portaria Nº 017/2017/MPC/PA, de 30/01/2017, publicada no DOE de 31/01/2017;

CONSIDERANDO os arts. 13, 15 e 19, in fine, da Lei Complementar nº 09/1992, c/c o art. 124, § 4º, da Lei Complementar nº 57/2006;

RESOLVE:

Suspender os 30 (trinta) dias de férias concedidos ao Procurador de Contas Stanley Botti Fernandes, matrícula nº 200199, para o período de 05/10 a 03/11/2017, referentes ao exercício 2017, conforme PORTARIA Nº 017/2017/MPC/PA, de 30/01/2017, publicada no DOE de 31/01/2017, bem como autorizar a conversão em pecúnia do referido período de férias.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém, 22 de maio de 2017

FELIPE ROSA CRUZ

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS DO ESTADO

Protocolo: 181624

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

NO DO CONTRATO: 034/2017-MP/PA.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa SANTAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS EIRELI - ME (CNPJ: 10.713.114/0001-32).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, COM MONTAGEM E INSTALAÇÃO.

Data da Assinatura: 17/05/2017.

Vigência: 24/05/2017 a 23/11/2017.

Valor Global: R\$ 29.410,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e dez reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332;

Elemento de Despesa: 4490-52 ; Fonte: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Gilberto Valente Martins.

Endereço da Contratada: Av. Contorno, Nº 1791, Quadra 561

– Lt. 10, Setor São Jose em Goiânia -GO, CEP: 74440-060.

Protocolo: 181651

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

037/2014-MP/PA

NÚM. DO TERMO ADITIVO: 3

NÚM. DO CONTRATO: 037/2014-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa P & P TURISMO LTDA.

Justificativa e Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para prestação de serviços de agenciamento de viagens, com emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e serviços correlatos.

Data de Assinatura: 22/05/2017.

Vigência do Aditamento: 13/06/2017 a 12/06/2018.

Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.092.1434.8323 – Combate às Organizações Criminosas e Improbidade Administrativa (GAECO).

12101.03.092.1434.8324 – Atuação dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público.

12101.03.092.1434.8325 – Comunicação e Publicidade Institucional do Ministério Público.

12101.03.121.1434.8327 – Gestão e Planejamento Institucional do Ministério Público. 12101.03.128.1434.8329 – Formação e Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público (CEAF).

12101.03.122.1434.8330 – Desenvolvimento das Atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

12101.03.122.1434.8331 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio Finalístico e Administrativo do Ministério Público.

12101.03.092.1434.8336 – Ministério Público e a Comunidade. Elemento de despesa: 3390-33- Ministério Público e a Comunidade.

Fonte de Recurso: - 0101 – Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 181195

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 027/2017

Objeto: FORNECIMENTO DE CATRACAS ELETRÔNICAS BIOMÉTRICAS E LICENÇAS DE USO AD PERPETUUM DE SOFTWARES, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ATIVAÇÃO E TESTE, E DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO.

Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br

Observação: UASG: 925980.

Responsável pelo certame: Rafael Rodrigues de Souza

Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Data da Abertura: 09/06/2017.

Hora da Abertura: 09h (NOVE) HORAS – HORÁRIO BRASÍLIA

Orçamento: Classificação: 12101.03.122.1434.8332 –

Operacionalização das Ações Administrativas;

Elemento: 4490-52 – Equipamentos e Material Permanente;

3390-39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Protocolo: 181226

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 2949/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARILEUSA SOARES COELHO NOBRE, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1999, lotada na promotoria de Justiça de Augusto Correa, a importância de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 10/05/2017 a 09/07/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 300,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 900,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-se.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO

ESTADO DO PARÁ, Belém, 19 de maio de 2017.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 181169

PORTARIA Nº 2952/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à NELSON PEREIRA MEDRADO, PROCURADOR DE JUSTIÇA, Matrícula nº 999.045, lotado no Núcleo de Combate a Improbidade, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 15/05/2017 a 14/07/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.092.1434.8323

Combate às organizações criminosas e à improbidade administrativa.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 2.000,00